

PORTOS DE NATAL E AREIA BRANCA

ATA DA 42ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: **09/11/2018**

Horário: 9:30h

Local: Sede da Codern – Natal/RN

1. EXPEDIENTE

1.1 Abertura da Reunião: Aberta a sessão da 42ª Reunião do CAP.

1.2 Aprovação da Ata da Reunião n.º 41, realizada em 09/11/18.

1.3 O Sr. Ricardo Tadeu iniciou declarando sua grande insatisfação quanto a não ter sido informado, pela CODERN, sobre a vistoria do IBAMA no Terminal Salineiro.

2. ORDEM DO DIA

2.1 Informes da CODERN

2.1.1 **Situação operacional do TERSAB:** A Sra. Conceição Fernandes, Coordenadora de Meio Ambiente e Segurança do Trabalho, explicou que a vistoria do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), sobre as ações propostas no TAC, foi bastante satisfatória. Informou ainda que a partir de agora serão feitas avaliações, e não mais fiscalização, pois viram que medidas estavam sendo tomadas. Por fim, sugeriram apenas alguns ajustes, que já estão sendo providenciados, e irão enviar um relatório detalhado para a CODERN. A Sra. Conceição mencionou a contratação emergencial de um curso para qualificar trabalhadores do terminal salineiro, e que entre as vagas existentes, duas são destinadas para a Marinha. O comandante Alan Kardec, convidado permanente, representando o 3º Distrito Naval, pediu uma discriminação mais detalhada sobre essas vagas via ofício, afim de que possam selecionar melhor os candidatos ao curso. O Sr. Ricardo Tadeu confirmou então que o fantasma de fechar o porto, pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e pelo IBAMA, pelo menos por enquanto está descartado. O Sr. Airton Torres afirmou que tem o problema de mudar a cultura e manter a conscientização e educação e sistematizar isso, manter limpo, em ordem, para não piorar tudo de novo. O Representante dos trabalhadores, Sr. Silvano Barbosa, perguntou se existe alguma periodicidade anual de fiscalizações e a Sra. Conceição afirmou que não.

2.1.2 Em seguida, o Sr. Ricardo Tadeu passou a palavra à Sra. Mariana Cabral, Gerente do setor jurídico da Companhia, onde esclareceu que, sobre o item 2.3 da pauta, onde a CODERN foi condenada recentemente a pagar uma dívida trabalhista para um funcionário que trabalhou no Porto de Recife, na

época da extinta Portobrás, por força de convênio federal, a Presidência da CODERN já deve ter enviado as cartas para o ministério. Ela disse ainda que pediu apoio ao Conselho de Administração - CONSAD para ajudar nesse pleito, e acredita que quando o Diretor Presidente for à Brasília, talvez essa seja uma das pautas.

2.1.3 Em relação ao item 2.2 da pauta, o Sr. Ricardo Tadeu cobrou uma resolução sobre quem será responsável por cobrar os órgãos municipais e estaduais pelo cumprimento dos prazos determinados pelo judiciário. A Sra. Mariana Cabral disse que só poderia notificar ao Ministério Público depois que for emitida uma nota técnica pelo nosso Setor de Engenharia atestando se as obrigações estão sendo cumpridas pelo Estado e Município, pois são assuntos técnicos, os quais o jurídico precisa de embasamento para agir. O representante da CODERN, Sr. Emerson, disse que a Prefeitura não tinha feito porque não havia verba. O Sr. Ricardo Tadeu alertou que isso não é um problema da CODERN, que deve apenas cobrar o andamento das obras na ponte. O comandante Alan Kardec garantiu que a Capitania dos Portos sempre informava a prefeitura sobre a situação das defensas da ponte. Assim, decidiu-se que a equipe técnica, do setor de Engenharia, deverá elaborar um memorando informando ao jurídico sobre o andamento na obra para que a CODERN possa informar ao Ministério Público. Caso o contrário, é o Porto de Natal que será prejudicado. Logo em seguida a Sra. Mariana foi liberada e se retirou da reunião.

2.1.4 O Sr. Ricardo Tadeu levantou a questão da senadora Fátima, agora eleita governadora, sobre a incoerência por criar uma emenda para receber verbas para o Terminal Salineiro, uma área federal, e não fazer nada em relação à questão da ponte, que é uma área que fica na região dela, o Estado pelo qual ela foi eleita. O tema gerou polêmica e discussões entre todos os presentes, sem que chegassem a um consenso.

2.1.5 Dando continuidade, o Representante da CODERN, Sr. Emiliano Rosado, deverá trazer na próxima reunião do CAP, as informações mais detalhadas sobre o aluguel da Ambulancha, como valores, prazos e sistemática que será adotada.

2.1.6 O Representante dos trabalhadores, Sr. Silvano Barbosa, reclamou sobre a deficiência nas questões da manutenção no Porto Ilha. Como já foi alertado em outras reuniões, a CODERN é notificada dos problemas e coisas que estão para quebrar com atecedencia pelos empregados, mas não fazem nada até estarem sofrendo vistorias e sendo multados. Compreende que a empresa tem problemas financeiros, mas gostaria de registrar a angustia dos trabalhadores que querem trabalhar, mas as vezes falta o mínimo de estrutura e equipamentos. Até furadeira só tinha uma e ainda era emprestada. As vezes eles têm que virar a noite quando são avisados de vistorias de última hora. Enquanto isso, os materiais e equipamentos para os terceirizados chegam rapidamente. Por fim, quanto a questão da mudança de cultura educacional dos empregados tem que ser feito realmente um trabalho de conscientização.

O Sr. Ricardo Tadeu explicou que há uma grande diferença do setor privado e setor público devido à dificuldade burocrática para a liberação de dinheiro e realização de obras ou serviços no setor público. Enquanto o setor privado tem agilidade, o público, quase sempre, demora pelo menos três meses para realização de uma compra ou serviço.

2.1.7 O Sr. George, da Progeco, perguntou se existe algum controle, por parte da CODERN, sobre o estoque mínimo ou sobre o material acumulado. O Sr. Emerson respondeu que sim. O Sr. Airton disse que a CODERN não consegue comprar de forma eficiente porque os procedimentos são complexos e ninguém conhece sobre o todo, apenas partes dos procedimentos. Citou como exemplo alguns processos aguardando dotação orçamentaria, enquanto a CODERN tem dinheiro em caixa, mas não pode utilizar. O Sr. Ricardo Tadeu explicou que isso já foi debatido em reuniões passadas, sobre como funciona o processo de liberação de verbas pelo Ministério para todos os portos.

2.2 Assuntos diversos: O Sr. Giuseppe Rolemberg, Representante da Receita Federal, relatou sua experiência em treinamentos nas áreas de risco da segurança portuária e de auditoria. Afirmou que a diferença é brutal, entre o porto público e o privado. No setor privado, eles têm que cumprir as determinações. Se não funcionar, põe para fora. Já os portos da União, não conseguem administrar e não acontece nada, ficam falidos sobrevivendo apenas de arrendamentos. Ainda com a palavra, demonstrou que a Receita Federal está muito preocupada com a situação alfandegaria do Porto de Natal e do Porto Ilha. Existem muitos problemas e vulnerabilidades já relatados em relatórios. Pede que a diretoria e gerentes operacionais sejam alertados sobre esses problemas. O Sr. Ricardo Tadeu pediu uma cópia do relatório pelo setor de Alfandegamento. O Sr. Giuseppe entregará o relatório de 2017, enquanto o de 2018 não está concluído. Sobre as inconformidades, ele afirmou que existem mais inconformidades dentro do Porto de Natal, do que em Areia Branca. Existem falhas de monitoramento, da guarda portuária, dos controles de acesso e muitos dos problemas do Porto de Natal não dependem da parte financeira, mas da parte gerencial, que poderia já ter corrigido alguns. Ainda com a palavra, ele reforçou sobre a necessidade da aquisição de um Scanner para contêiner. Alertou que recentemente ocorreu a apreensão de drogas em Roterdã de um navio que saiu de Natal. Se tivessem o scanner certamente teriam detectado. O comandante Alan Kardec informou com detalhes que agora existe o Centro Integrado de Segurança Marítimo, que visa monitorar com maior eficiência fatos pertinentes à segurança e proteção marítima.

O Sr. Ricardo Tadeu pediu um relatório à CODERN sobre o caso da apreensão da droga, com suporte do relatório de alfandegamento e ainda o BO (Boletim de Ocorrência), para viabilizar a cobrança do Scanner de Contêiner junto ao Ministério.

2.2.1. O Representante dos trabalhadores, Sr. Pablo, trouxe o assunto da reunião passada, sobre a segurança portuária. Reafirmou que quem faz o controle efetivo do Porto é a guarda portuária. Existe hoje falta de contingente, apontando um déficit de pessoal em torno de 25 guardas. Reclamou também da falta de câmeras e questionou sobre a situação das guaritas da CODERN. Citou que o sistema de instalação de monitoramento de Areia Branca foi feito por um funcionário próprio e ficou muito bom. Ele poderia ter um incentivo e vir fazer a instalação em Natal também. Quanto aos novos guardas que foram para Areia Branca, deu apenas para cobrir as horas extras, continuando o mesmo contingente. Lá já ocorreram três arrombamentos das oficinas.

O Sr Airton comentou sobre a jornada de trabalho dos guardas e sugere a

reforma desse horário, pois, por um lado temos déficit de pessoal, e por outro lado a guarda tem uma jornada bem menor de horas do que o normal. O Sr. Pablo explicou que o motivo disso foi a nova tabela salarial, mas afirma que há possibilidade de mudança de escala, desde que seja revista a questão da nova tabela salarial usada hoje para guardas portuários nível médio, excluindo o nível fundamental. Conclui-se verificar então qual seria o instrumento legal adequado para fazer essa modificação na escala de trabalho dos guardas portuários, como também a mudança da tabela salarial.

Após, o Sr. Ricardo Tadeu fez algumas explicações finais e, em seguida, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 11:30h.



Ricardo Tadeu Gonzaga de Campos
Representante MTPA Suplente do CAP

Emerson Fernandes Daniel Júnior

Conselheiro Suplente - Representante
do Poder Público CODERN

Giuseppe Pinheiro Rolemberg

Conselheiro titular- Representante do
Poder Público- Receita Federal

Silvano Barbosa Bezerra Antas

Conselheiro Titular - Representante da
Classe dos Trabalhadores - DTP

George Montenegro de Albuquerque

Conselheiro Suplente - Representante da
Classe Operador Portuário

Airton Paulo Torres

Conselheiro Titular - Representante da
Classe Empresarial

Pablo Vinícius Cordeiro de Sampaio Barros

Conselheiro Titular - Representante da
Classe dos Trabalhadores - DTP

Alan Kardec

Convidado Especial - Representante da
Autoridade Marítima.

Lino Braz da Cruz Júnior

Conselheiro Suplente - Representante da Classe do Poder Público,
no Bloco da Autoridade Marítima.

NO IMPTO

ROGERIO R MEDEIROS FILHO